



Demonstrações Financeiras

2023

Minupar Participações S.A.

Companhia aberta – Código CVM 13.765

CNPJ 90.076.886/0001-40 – NIRE 43300031161

Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1.535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado (RS)

Código de negociação na BM&FBOVESPA: MNPR3

Sumário

1. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	3
2. Relatório da administração.....	7
3. Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis.....	14
4. Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes.....	15
5. Parecer do conselho fiscal.....	16
6. Balaço Patrimonial.....	17
7. Demonstrações de Resultados.....	18
8. Demonstrações dos fluxos de caixa.....	19
9. Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido.....	20
10. Demonstração do Resultado Abrangente.....	21
11. Demonstração do Valor Adicionado.....	22
12. Notas Explicativas.....	23

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



Aos Acionistas e Administradores da
Minupar Participações S/A
Lajeado – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Minupar Participações S/A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Minupar Participações S/A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.3, a qual indica que, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 487.051 mil (R\$ 499.180 mil em 31 de dezembro 2022) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 323.886 mil (negativo R\$ 335.771 mil em 31 de dezembro 2022), e o passivo circulante, excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.159 mil e 382.943 mil, no individual e consolidado, respectivamente (em 31 de dezembro de 2022, no consolidado, excedeu em R\$ 377.370 mil).

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto,

não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Obrigações tributárias

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 – Obrigações tributárias, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos S.A., possui o montante de R\$ 497.320 mil (R\$ 476.390 mil em 31 de dezembro de 2022) relativo a obrigações tributárias.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos ao resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** entendimento dos processos e avaliação dos controles relacionados a apuração dos tributos e divulgação das obrigações tributárias; **(b)** avaliamos as bases de cálculo dos tributos corrente em conjunto com as legislações fiscais vigentes.; **(c)** efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis; **(d)** avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração, bem como os documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; e **(e)** avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas para a mensuração e o reconhecimento das obrigações tributárias, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para contingências

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20 – Provisão para contingências, a Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda e à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos ao resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** entendimento do fluxo de processos relevantes sobre as contingências e divulgação de passivos contingentes; **(b)** avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as contingências e divulgações relacionadas; **(c)** verificação da consistência das informações existentes no relatório de processos da Companhia com as respostas dos advogados; **(d)** discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; **(e)** avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são razoáveis os montantes registrados como provisão para contingências bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 09 de março de 2023, não continha modificação, mas continha parágrafo de incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 14 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Romeu Sabino da Silva
Contador CRC 1RS-071.263/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. referentes ao exercício de 2023. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A, e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

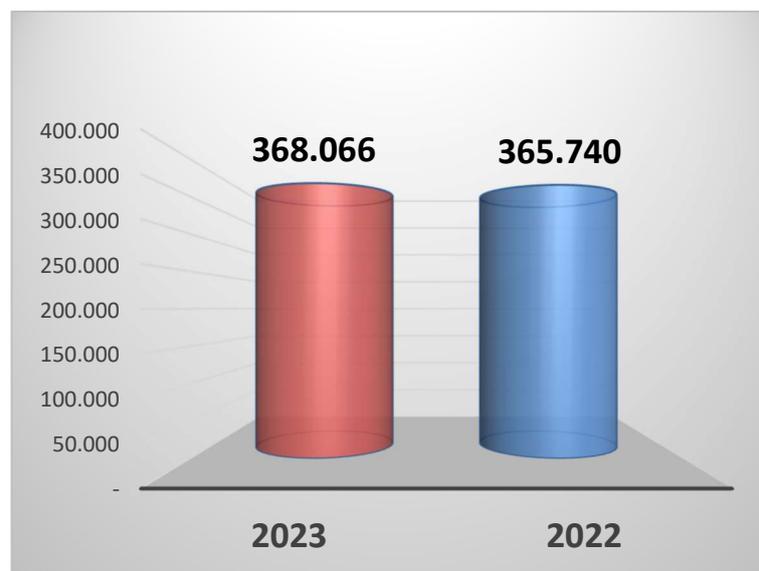
A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 368.066 no exercício de 2023, e de R\$ 365.740 no exercício de 2022. O aumento de aproximadamente 1% na receita líquida acumulada, está associado aos seguintes fatores:

Reflexos positivos:

- Varição nas taxas atreladas ao dólar, o qual está diretamente ligado às vendas direcionadas ao Mercado Externo;
- Aumento no preço médio líquido nos produtos comercializados no Mercado Interno;
- Reajuste no contrato de prestação de serviços junto a outra empresa do ramo;

Reflexo negativo:

- Impacto da interrupção das atividades produtivas de industrialização de embutidos na cidade de Arroio do Meio, Rio Grande do Sul, nos meses de setembro e novembro de 2023, em decorrência da enchente ocasionada por ciclone extratropical, conforme melhor detalhado na nota explicativa nº 34.



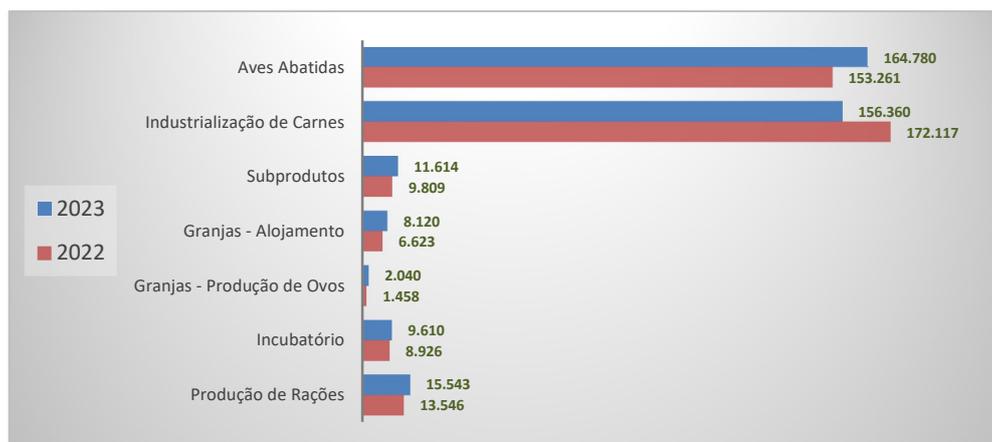
No quadro a seguir são apresentadas informações quantitativas e qualitativas relativas a atividades desenvolvidas pela Companhia.

Resultado detalhado por atividade:
Informações em Quantidade

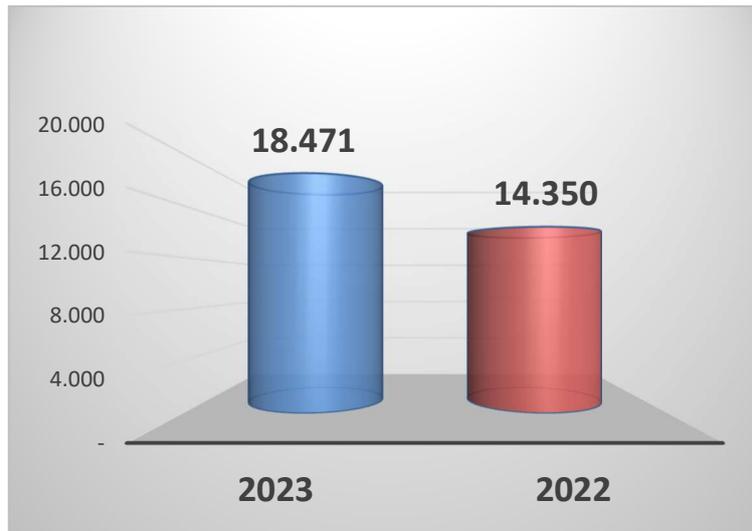
Produção	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2023	2022	%	2023	2022	%	2023	2022	%
Aves abatidas (un/mil)	42.817	44.363	-3%	-	-	0%	42.817	44.363	-3%
Industrialização de carnes (ton)	9.168	10.583	-13%	15.421	17.002	-9%	24.589	27.585	-11%
Subprodutos (ton)	35.888	46.233	-22%	-	-	0%	35.888	46.233	-22%
Granjas - Alojamento (un/mil)	551.760	455.810	21%	-	-	0%	551.760	455.810	21%
Granjas - Produção de Ovos (un/mil)	8.593	7.535	14%	-	-	0%	8.593	7.535	14%
Incubatório - Produção de Pintos (un/mil)	59.992	58.352	3%	-	-	0%	59.992	58.352	3%
Produção Rações (ton)	264.980	257.012	3%	-	-	0%	264.980	257.012	3%

Informações em R\$ Mil

Segmento	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2023	2022	%	2023	2022	%	2023	2022	%
Aves Abatidas	164.780	153.261	8%	-	-	0%	164.780	153.261	8%
Industrialização de Carnes	55.429	61.582	-10%	100.931	110.535	-9%	156.360	172.117	-9%
Subprodutos	11.614	9.809	18%	-	-	0%	11.614	9.809	18%
Granjas - Alojamento	8.120	6.623	23%	-	-	0%	8.120	6.623	23%
Granjas - Produção de Ovos	2.040	1.458	40%	-	-	0%	2.040	1.458	40%
Incubatório - Produção de Pintos	9.610	8.926	8%	-	-	0%	9.610	8.926	8%
Produção de Rações	15.543	13.546	15%	-	-	0%	15.543	13.546	15%
Total	267.135	255.205	5%	100.931	110.535	-9%	368.066	365.740	1%

COMPARATIVO DA RECEITA LÍQUIDA ANUAL DE 2023 E 2022, POR ATIVIDADE:

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

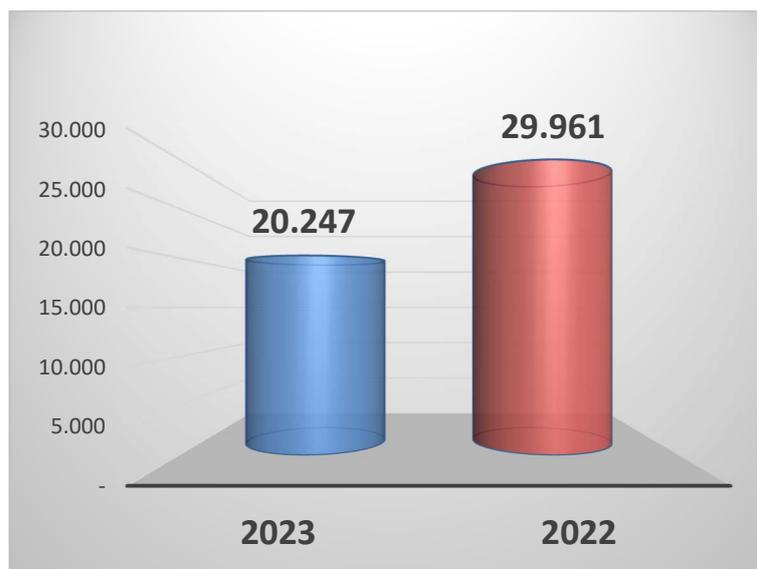
As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizam R\$ 18.471 para exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 14.350 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de aproximadamente 28%, na sua maior parte, impactado pelas contas de folha de pagamento.



DESPESAS COM VENDAS

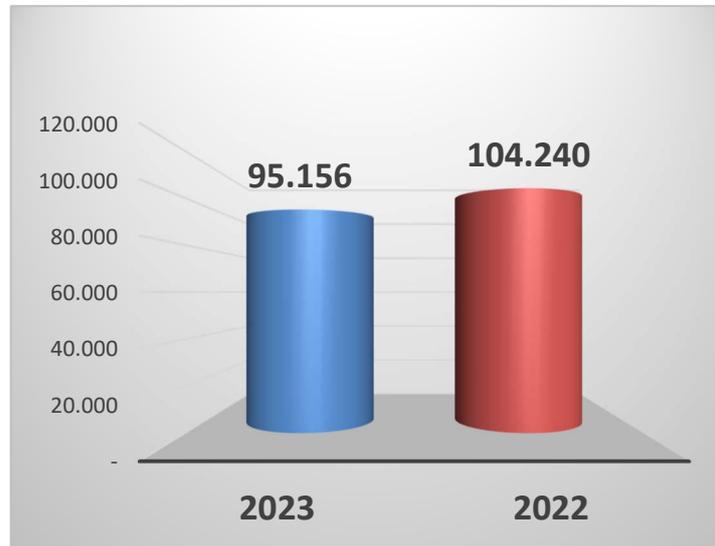
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as despesas com vendas totalizaram R\$ 20.247, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ficou em R\$ 29.961, equivalentes a 5,50% e 8,19% respectivamente da receita operacional líquida.

O principal impacto na redução das despesas com vendas em 2023 quando comparada com as despesas realizadas em 2022, está associado ao formato de negociação dos fretes marítimos sobre as vendas junto ao Mercado Externo, o qual tem sido praticado maior volume de vendas na condição “*FOB - Free On Board*” em 2023, enquanto que em 2022, as negociações estavam sendo realizadas em sua maior parte na condição “*CFR - Cost And Freight*”. Além disso, os custos dos fretes marítimos em 2023 tiveram uma leve queda de preços, quando comparados com os custos praticados em 2022.

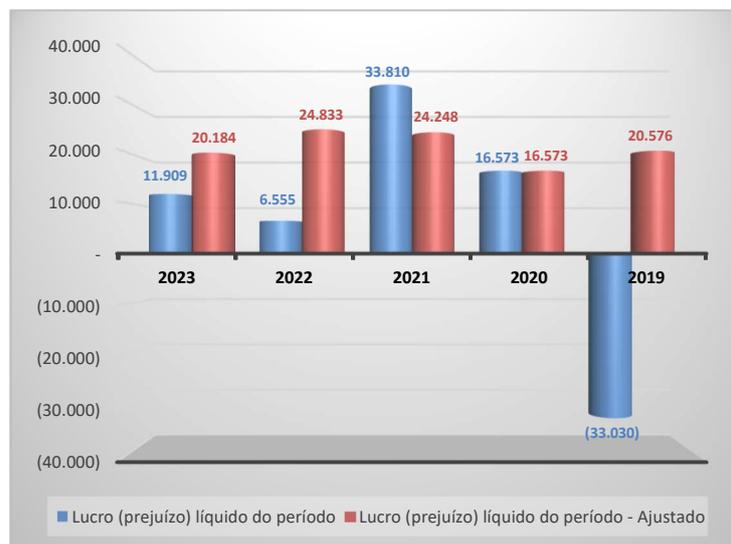


LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto totalizou R\$ 95.156 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivalente a 25,85% da receita operacional líquida. No mesmo período em 2022 alcançou R\$ 104.240 equivalente a 28,50% da receita operacional líquida.



Em relação ao Lucro Líquido, no gráfico abaixo, demonstramos um comparativo dos últimos cinco anos entre o Lucro Líquido e o Lucro Líquido Ajustado:



EBITDA / LAJIDA

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização).

No quadro a seguir, demonstramos o EBITDA acumulado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	11.909	6.555
(+) IRPJ/CSLL	(5.160)	6.437
(+) Resultado financeiro	35.586	30.934
EBIT	42.335	43.926
(+) Depreciações e amortizações	10.638	7.017
EBITDA	52.973	50.943
(+/-) Eventos não recorrentes (a)	8.275	18.278
EBITDA - Ajustado	61.248	69.221
Receita Líquida	368.066	365.740
Ralação % EBITDA ajustado	16,64%	18,93%

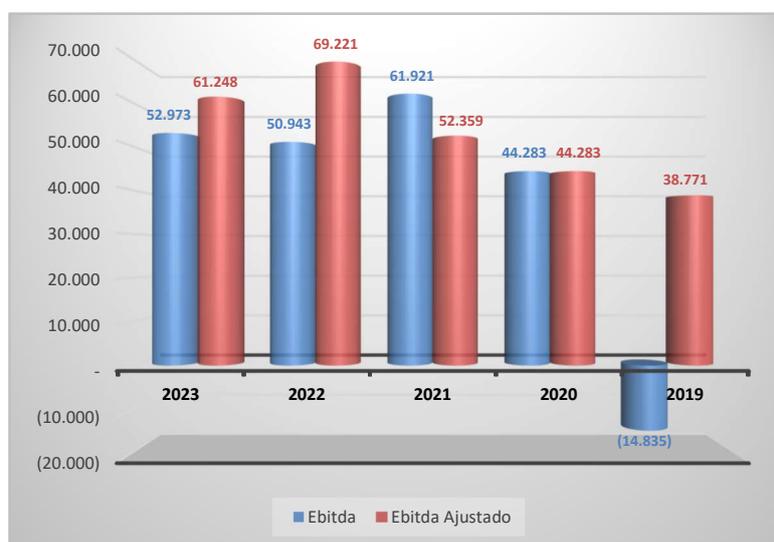
(a) Os valores demonstrados no quadro acima como “eventos não recorrentes”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão relacionados à ajustes efetuados no período, e destacados nas notas explicativas nº 28 e 29, respectivamente identificadas como “Outras despesas operacionais” e “Outras receitas operacionais”.

Abaixo um demonstrativo dos ajustes:

Ajuste	Valor	Divulgação
Despesas de litígios fiscais	4.765	NE nº 28 - item "a"
Provisão para Perda	4.275	NE nº 28 - item "b"
Reversão de créditos tributários	1.230	NE nº 28
Perdas Enchente	9.498	NE nº 28 - item "d"
Acordos Judiciais	(3.786)	NE nº 29 - item "a"
Créditos Fiscais	(5.131)	NE nº 29
Venda de ativos	(1.350)	NE nº 29
Recuperação de despesas	(1.226)	NE nº 29
Total	8.275	

O EBIT ou LAJIR pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA ou LAJIDA pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

No gráfico abaixo, demonstramos um comparativo entre o Ebitda e o Ebitda Ajustado dos últimos cinco anos:



Recursos Humanos

Situação	dez/23	dez/22	Variação	
			Qtde	%
Funcionários Ativos	2.557	2.483	74	2,98%
Funcionários Afastados	232	246	(14)	-5,69%
Total	2.789	2.729	60	2,20%

Conforme apresentado acima, o quadro de funcionários ativos manteve-se basicamente no mesmo patamar, apresentando um pequeno acréscimo de 2,98% do quadro em 2023 quando comparado com 2022.

Situação Jurídica

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais, nos âmbitos tributário, cível, trabalhista e de outras naturezas. Todos os processos estão sendo cuidadosamente acompanhados pelo corpo jurídico da Companhia junto aos escritórios de advocacia externos.

Nas ações tributárias se discute a cobrança, principalmente, de contribuições previdenciárias, imposto de renda, IPI e ICMS.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 74 processos cíveis, os quais envolvem principalmente questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por danos morais e materiais, descumprimento contratual, dentre outras.

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, encerrou o exercício de 2023 como parte em 384 Reclamatórias Trabalhistas ativas, o que representa 74 ações a menos em comparação ao encerramento do exercício anterior. Apesar disso, foram ajuizadas 159 novas reclamatórias no decorrer do exercício de 2023, significando um aumento de 27,2% em comparação com 2022, quando foram recebidos 125 novos processos.

Em razão do segmento de atuação da controlada indireta, a quantidade de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por ano é considerado fator relevante de impacto, deste modo, a Companhia segue mantendo uma atuação preventiva, a realização estratégica de acordos, e a mitigação de medidas judiciais com prognóstico reduzido de êxito, visando a redução de custos e da quantidade de processos em andamento.

Perspectivas

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industriais e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo, bem como a consolidação dos contratos de parceria com terceiros e ainda alternativas para solução de seus passivos tributários remanescentes.

Mercado de Capitais

O capital social da Companhia é de R\$ 120.107.800 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias. No transcorrer do ano de 2023, as ações da Companhia estiveram presentes em 7.482 negociações realizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, totalizando R\$ 17.950.489,04.

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em relação a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2019), a Companhia informa que reconhece a importância de proteger a privacidade de seus usuários, visitantes, clientes, fornecedores e demais pessoas físicas envolvidas com a empresa. Outrossim, já instituiu o programa interno que contempla de forma ampla a gestão da privacidade. Além disto, já possui em seu portal as informações de contato do responsável pela proteção de dados (DPO - Data Protection Officer), bem como a política de privacidade e opção para que os titulares dos dados possam realizar as solicitações desejadas, disponível no site da empresa <https://www.minupar.com.br/lgpd>, e através do e-mail privacidade@minuano.com.br.

A Companhia ressalta ainda que o programa implantado “Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais” é um programa que mantém o olhar diário sobre o tema da privacidade.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e suas respectivas alterações, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A partir do exercício de 2023 a Companhia passou a ser auditada pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, à qual possui registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nº 01127-4.

Declaração da Administração

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009 e suas respectivas alterações, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Agradecimentos

Manifestamos nosso agradecimento pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, parceiros, fornecedores e instituições financeiras. Ao nosso quadro de colaboradores, agradecemos a dedicação contínua, especialmente no trabalho realizado para a rápida retomada das atividades da Companhia, após os impactos causados pelas enchentes que atingiram a região do Vale do Taquari no ano de 2023. Seguimos juntos reforçando o compromisso com a nossa marca e a qualidade dos nossos produtos.

Lajeado (RS), 14 de março de 2024.

A Administração.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Lajeado, 14 de março de 2024.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Tiago Fonseca de Siqueira
Diretor Financeiro

Fernando Ataíde Silva Jorge
Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da **Minupar Participações S.A.** abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, relativos às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Lajeado, 14 de março de 2024.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Tiago Fonseca de Siqueira
Diretor Financeiro

Fernando Ataíde Silva Jorge
Diretor de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Minupar Participações S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou:

- (i) as demonstrações financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023;
- (ii) o Relatório da Administração; e
- (iii) o relatório sem ressalvas emitido pela Grant Thornton Brasil Auditores Independentes em 14 de março de 2024.

Com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam que as Demonstrações Financeiras e suas respectivas Notas Explicativas, bem como o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, estão adequadamente apresentados, em condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Lajeado, 14 de março de 2024.

Maria Elvira Lopes Gimenez
Conselheira Fiscal

Celso Cândido Filho
Conselheiro Fiscal

Henrique Barcelos Ercoli
Conselheiro Fiscal

Balanco Patrimonial

Para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	NE	Controladora		Consolidado			NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22			31/12/23	31/12/22		
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	5.250	291	10.550	Fornecedores		264	264	18.573	14.975
Contas a receber	5	-	-	57.076	54.489	Salários e encargos sociais a pagar	13	180	148	16.680	15.565
Estoques	6	-	-	16.087	16.477	Empréstimos e financiamentos		-	-	274	126
Adiantamentos a fornecedores		-	-	671	973	Arrendamentos a pagar	14	-	-	1.343	-
Impostos a recuperar	7	303	-	18.319	13.026	Adiantamento de clientes		-	-	14.657	11.690
Outros ativos	8	49	-	85.585	66.923	Obrigações tributárias	15	49	19	497.320	476.390
						Parcelamentos	16	21	25	5.248	6.147
Total do Ativo Circulante		352	5.250	178.029	162.438	Impostos diferidos	17	-	-	902	1.468
						Outros passivos	18	997	943	5.975	13.447
						Total do Passivo Circulante		1.511	1.399	560.972	539.808
Ativo Não Circulante						Passivo Não Circulante					
Depósitos judiciais	20	1	1	5.215	6.576	Partes relacionadas	19	48.003	41.753	37.578	33.726
Partes relacionadas	19	5.777	5.777	-	125	Empréstimos e financiamentos		-	-	163	160
Outros ativos	8	6.134	6.134	8.816	9.577	Arrendamentos a pagar	14	-	-	5.687	-
Impostos a recuperar	7	-	-	266	298	Parcelamentos	16	168	190	23.111	28.552
Propriedade para investimento	9	-	-	22.472	25.857	Impostos diferidos	17	-	-	16.071	16.839
Imobilizado	10	-	-	105.882	92.713	Provisão para contingências	20	-	-	7.890	14.887
Direito de Uso	11	-	-	6318		Provisão para perda de investimentos	9	286.468	309.591	-	-
Intangível	12	-	-	299	304	Total do Passivo Não Circulante		334.639	351.534	90.500	94.164
Total do Ativo Não Circulante		11.912	11.912	149.268	135.450	Patrimônio Líquido					
						Capital social	21	120.108	120.108	120.108	120.108
						Ajuste de avaliação patrimonial	21	36.823	37.067	36.823	37.067
						Prejuízo acumulado		(487.051)	(499.180)	(487.051)	(499.180)
						Reserva de Incentivos Fiscais	21	6.234	6.234	6.234	6.234
						Patrimônio Líquido atribuível aos controladores		(323.886)	(335.771)	(323.886)	(335.771)
						Participação dos não controladores		-	-	(289)	(313)
						Total do Patrimônio Líquido		(323.886)	(335.771)	(324.175)	(336.084)
Total do Ativo		12.264	17.162	327.297	297.888	Total do Passivo		12.264	17.162	327.297	297.888

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Receita operacional líquida	24	-	-	368.066	365.740
Custos operacionais	25	-	-	(272.910)	(261.500)
Lucro bruto		-	-	95.156	104.240
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	26	(1.087)	(717)	(18.471)	(14.350)
Com vendas	27	-	-	(20.247)	(29.961)
Outras despesas operacionais	28	(2.977)	(8.936)	(26.597)	(26.955)
Outras receitas operacionais	29	9	2.251	12.494	10.952
Total despesas operacionais		(4.055)	(7.402)	(52.821)	(60.314)
Resultado antes da equivalência patrimonial		(4.055)	(7.402)	42.335	43.926
Resultado de equivalência patrimonial	9	23.123	20.695	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		19.068	13.293	42.335	43.926
Despesas financeiras	30	(9.266)	(6.760)	(51.116)	(47.450)
Receitas financeiras	31	8	1	15.530	16.516
Resultado financeiro		(9.258)	(6.759)	(35.586)	(30.934)
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		9.810	6.534	6.749	12.992
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.1	2.075	-	5.160	1.630
Imposto de renda e contribuição social corrente	17.1	-	-	-	(8.067)
Lucro líquido do exercício		11.885	6.534	11.909	6.555
Lucro do exercício atribuído aos acionistas controladores		-	-	11.885	6.534
Lucro do exercício atribuído aos acionistas não controladores		-	-	24	21
Lucro diluído por ação	33	1,67392	0,92027	1,67730	0,92323

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Lucro do período	11.885	6.534	11.885	6.534
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	10.638	7.017
Provisão para riscos de créditos	-	-	761	99
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	-	-	68	150
Juros e encargos financeiros c/ partes relacionadas	9.217	6.956	9.346	9.465
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.075)	-	(5.160)	(1.631)
Participação de minoritários	-	-	24	21
Baixa de bens do imobilizado e intangível	-	-	90	637
Provisão (Reversão) para contingências	-	(700)	(6.998)	16.466
Provisão para perda (Impairment)	-	9.635	11.312	9.635
Atualização de passivos tributários	-	-	27.121	20.623
Ajuste a valor presente	-	(265)	-	(265)
Ajuste trava cambial	-	-	-	1.524
Resultado de equivalência patrimonial	(23.123)	(20.695)	-	-
	(4.096)	1.465	59.087	70.275
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(3.348)	(17.450)
Estoques	-	-	(6.819)	(4.171)
Impostos a recuperar	(303)	2	(5.259)	(2.768)
Adiantamento a fornecedores	-	-	302	(790)
Outros ativos	(49)	(2.251)	(22.004)	(2.371)
Depósitos judiciais	-	-	1.361	(254)
Fornecedores	-	-	3.598	1.589
Obrigações tributárias	2.079	(18)	(8.706)	(7.644)
Salários e encargos sociais a pagar	32	(8)	1.115	1.745
Adiantamento de clientes	-	-	2.967	124
Obrigações judiciais	-	-	(8.255)	(19.292)
Outras obrigações	55	(10)	781	10.145
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(2.282)	(820)	14.820	29.138
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizados	-	-	(19.395)	(10.480)
Aquisições de intangíveis	-	-	(51)	(34)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	-	(19.446)	(10.514)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Varição de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	83	(221)
Contraprestação de arrendamentos a pagar	-	-	(346)	-
Varição com partes relacionadas	(2.968)	6.070	(5.370)	(8.712)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.968)	6.070	(5.633)	(8.933)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.250)	5.250	(10.259)	9.691
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	5.250	-	10.550	859
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-	5.250	291	10.550
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.250)	5.250	(10.259)	9.691

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Incentivos Fiscais	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	120.108	37.581	(503.787)	(1.522)	3.793	(343.827)	(334)	(344.161)
Lucro líquido do exercício	-	-	6.534	-	-	6.534	21	6.555
Ajuste de trava cambial	-	-	-	1.522	-	1.522	-	1.522
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(514)	514	-	-	-	-	-
Reserva de subvenções governamentais	-	-	(2.441)	-	2.441	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	120.108	37.067	(499.180)	-	6.234	(335.771)	(313)	(336.084)
Lucro líquido do período	-	-	11.885	-	-	11.885	24	11.909
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(244)	244	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	120.108	36.823	(487.051)	-	6.234	(323.886)	(289)	(324.175)

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Lucro líquido do exercício	11.885	6.534	11.909	6.555
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	11.885	6.534	11.909	6.555
Atribuído aos acionistas controladores			11.885	6.534
Atribuído aos acionistas não controladores			24	21

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Receitas	9	-	389.995	394.345
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	385.089	390.679
Outras receitas	9	-	5.667	3.765
Provisão para riscos de créditos	-	-	(761)	(99)
Insumos adquiridos de terceiros	(276)	(9.236)	(180.586)	(201.512)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(145.194)	(168.623)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(276)	(9.236)	(35.392)	(32.889)
Valor adicionado bruto	(267)	(9.236)	209.409	192.833
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(10.638)	(7.017)
Valor adicionado líquido produzido	(267)	(9.236)	198.771	185.816
Valor adicionado recebido por transferência	23.106	22.896	6.519	6.448
Resultado de equivalência patrimonial	23.123	20.695	-	-
Receitas Financeiras	8	-	(398)	(916)
Outras	(25)	2.201	6.917	7.364
Valor adicionado a distribuir	22.839	13.660	205.290	192.264
Distribuição do valor adicionado	22.839	13.660	205.290	192.264
Remuneração do Trabalho	781	374	139.844	123.084
Remuneração direta	651	291	115.840	101.294
Benefícios	130	83	17.459	16.069
FGTS	-	-	6.545	5.721
Remuneração do Governo	933	45	18.328	32.454
Federais	920	45	8.645	16.394
Estaduais	13	-	9.683	16.060
Remuneração Capitais de Terceiros	9.240	6.707	35.209	30.171
Juros	9.240	6.707	35.209	30.171
Outros	-	-	-	-

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, América Central, Ásia e Oceania.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, obrigações tributárias e parcelamentos (notas explicativas 13, 15 e 16), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 - Continuidade operacional

Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia havia acumulado prejuízos no montante de R\$ 487.051 (R\$ 499.180 em 31 de dezembro 2022), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 323.886 (negativo R\$ 336.084 em 31 de dezembro 2022). O passivo circulante, individual e consolidado, da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.159 e 382.943 (em 31 de dezembro de 2022, no consolidado, excedeu em R\$ 377.371).

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	Período de Adesão	Controladora		Consolidado	
		Dívida Parcelada	Saldo em 31/12/23	Dívida Parcelada	Saldo em 31/12/23
Parcelamento - Lei 11.941/09	2009	67	8	67	8
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	497	181	76.297	13.315
Parcelamento - PERT	2017	-	-	56.548	8.803
	Total	564	189	132.912	22.126

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.

Além da prestação de serviços, a Companhia se movimenta no sentido de revigorar sua marca nos mercados interno e externo, focando na operação de produção de embutidos e reafirmando a força da sua imagem junto aos consumidores.

O quadro de pessoas envolvidas em todo ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentável o crescimento das operações da Companhia.

1.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as demonstrações financeiras devidamente auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, e no dia 14 de março de 2024 as referidas demonstrações financeiras foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

Visando aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reclassificou os saldos de 31 de dezembro de 2022 mantidos na rubrica de contas a receber de clientes, referente a valores já recebidos de clientes (câmbios a liquidar) para rubrica de numerários em trânsito em 31 de dezembro de 2022 (vide nota explicativa nº 8 - Outros Ativos).

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações financeiras da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações financeiras de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações financeiras individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é

estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,00% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Direito de Uso

Em virtude do IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, estes arrendamentos são reconhecidos como despesa operacional durante o período de vigência do contrato.

Atualmente os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de empilhadeiras, imóveis, e equipamentos industriais.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa de juros incremental.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, todavia, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido junto ao respectivo fornecedor.

A Companhia efetua a remensuração do passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica “Arrendamentos a Pagar” e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica “Direito de Uso” no Balanço Patrimonial das demonstrações financeiras .

3.14 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.15 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor

que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.17 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras . Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.18 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações financeiras . A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.19 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.20 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.21 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos períodos, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.22 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.23 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

3.24 Novas normas e interpretações

A Companhia analisou as novas normas contábeis bem como alterações nas normas vigentes, as quais são válidas para períodos anuais iniciados, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

3.24.1 Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023

- CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguro
- Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao CPC 23 (IAS 8)
- Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2
- Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao CPC 32 (IAS 12)
- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8)
- Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32 (IAS 12)

A Companhia entende que tais alterações não causam um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3.24.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)
- Alterações ao CPC 26 (IAS 1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante
- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7)
- Alterações ao CPC 36 (R3) (IFRS 10) e ao CPC 18 (R2) (IAS 28)
- Alterações ao CPC 02 (IAS 21)

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3.25 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a reforma tributária sobre o consumo, todavia, não é possível avaliar e mensurar os possíveis impactos desta reforma, pois a regulamentação dependerá de Leis Complementares, as quais definirão as alíquotas dos novos tributos.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das Leis Complementares.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Caixa	-	-	15	6
Bancos - Conta Corrente	-	5.250	276	10.544
Total	-	5.250	291	10.550

5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Mercado interno	-	-	54.688	51.868
Mercado externo	-	-	6.395	5.885
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(4.007)	(3.264)
Total	-	-	57.076	54.489

Vencidos	31/12/23		31/12/22	
Até 30 dias	12.458	22%	12.023	23%
De 31 a 60 dias	216	0%	2	0%
De 61 a 90 dias	219	0%	57	0%
De 91 a 120 dias	1	0%	5	0%
De 121 a 150 dias	18	0%	6	0%
De 151 a 180 dias	3	0%	1	0%
Acima de 180 dias	4.007	7%	3.264	6%
Sub-total	16.922	29%	15.358	29%
À vencer				
Até 30 dias	25.462	45%	31.835	58%
De 31 a 60 dias	18.699	33%	10.560	19%
Sub-total	44.161	78%	42.395	77%
Provisão para perda esperada	(4.007)	-7%	(3.264)	-6%
Total	57.076	100%	54.489	100%

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Produtos prontos	-	-	2.560	3.282
Produtos em elaboração	-	-	84	154
Matérias primas	-	-	4.913	3.204
Materiais de embalagem	-	-	1.800	2.778
Materiais de manutenção	-	-	6.730	6.270
Estoque em poder de terceiro	-	-	-	789
Total	-	-	16.087	16.477

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
IRRF a recuperar	-	-	34	3
IRPJ e CSLL a recuperar	303	-	1.161	-
PIS e COFINS a recuperar	-	-	3.374	684
ICMS a recuperar	-	-	2.995	148
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	751	314
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	1.282	-
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS (a)	-	-	4.192	6.602
INSS a Compensar (b)	-	-	4.530	5.275
Circulante	303	-	18.319	13.026
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	266	298
Não Circulante	-	-	266	298

a) Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Nesta rubrica foram registrados os valores relativos a crédito de ICMS na base de cálculo das Contribuições ao PIS e a COFINS, de processos judiciais já transitados em julgado, todavia, a decisão relativa ao último processo transitado em julgado não abarcou os créditos apurados do período de janeiro de 2015 até fevereiro de 2019, e por este motivo, a Companhia optou por efetuar a baixa destes valores no exercício de 2023, que totaliza a quantia de R\$ 1.335.

Em relação ao saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 4.192, a Companhia pretende utilizar para futuras compensações com débitos correntes, ou através de pedido de ressarcimento.

Com relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) cujo Plenário considerou que “*uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário*”, e em atendimento ao Ofício Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP que indica a necessidade de uma robusta divulgação do tema, a Companhia informa que realizou todos os levantamentos necessários a fim de avaliar os possíveis impactos de tal decisão e não foram identificados pelos assessores jurídicos da Companhia, impactos relevantes sobre este tema.

b) Crédito de INSS a Compensar

O montante de R\$ 4.530 (R\$ 5.275 em 31 de dezembro de 2022), registrado na rubrica “INSS a compensar” refere-se a pagamento de guias GPS, recolhidas de forma mensal e consecutiva no período de 05/2018 até

06/2022, tais pagamentos deveriam ser alocados a pedido de parcelamento convencional de débitos previdenciários, realizado e protocolado na Receita Federal do Brasil em 05/2018.

Devido a uma falha no processo de efetivação do parcelamento, o pedido não foi homologado pela Receita Federal do Brasil, o que ocasionou a inscrição dos débitos previdenciários em dívida ativa. Deste modo, a Companhia realizou novo pedido de parcelamento dos débitos através do portal regularize, porém, os pagamentos até então efetuados se tornaram “indébitos tributários”, gerando um crédito para a Companhia, o qual está sendo utilizado para abatimento de dívidas federais.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Consórcios contemplados	-	-	203	-
Despesas antecipadas	49	-	607	-
Numerários em trânsito (a)	-	-	78.066	64.611
Trava Cambial (b)	-	-	4.594	972
Minupar Participações S/A (c)	-	-	3.786	-
(-) Provisão para perda (Impairment) (d)	-	-	(1.671)	-
Circulante	49	-	85.585	65.583
Agostinho Carrer (e)	15.769	15.769	15.769	15.769
Outros	-	-	5.091	3.443
(-) Provisão para perda (Impairment) (e)	(9.635)	(9.635)	(12.044)	(9.635)
Não Circulante	6.134	6.134	8.816	9.577

a) A rubrica “numerários em trânsito” refere-se à valores recebidos através de ordens de pagamento vinculadas ao Mercado Externo, porém sem a conversão em moeda nacional (fechamento de câmbio). A prática adotada pela Companhia para conversão destes recebíveis é superior a 90 dias.

Importante destacar que no relatório das demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tais valores estavam classificados no grupo de “contas a receber”, porém para uma melhor avaliação, o valor foi reclassificado para rubrica específica de “numerários em trânsito”, no grupo de Outros Ativos facilitando a compreensão e comparação dos saldos desta operação.

b) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de parte de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de “trava cambial”, a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês.

c) A Companhia firmou acordo judicial nos autos dos processos de execução nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, todos em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado – RS. Tais processos foram ajuizados pela empresa Dohler S.A. baseados em parcial inadimplemento de Instrumento de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos de Crédito Tributário datado de 21/11/2008.

Durante o trâmite dos referidos processos, as partes chegaram a firmar um acordo prevendo, entre outros pontos, a subscrição de 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações ordinárias nominativas da Minupar Participações S.A. para a Dohler S.A., porém, essa última passou a discutir a validade deste acordo, ponto que também foi objeto de decisão judicial.

Em resumo, a sentença da 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS foi de parcial procedência aos embargos à execução da Companhia, declarando a validade do acordo firmado, no entanto, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul reformou integralmente a sentença, declarando ineficaz o acordo discutido e, por consequência, determinando a devolução das ações até então de posse da Dohler S.A. para a Minuano.

Apesar da Companhia Minuano ter prosseguido com os recursos cabíveis visando alterar a decisão, paralelamente buscou compor o débito em discussão e obteve êxito no acordo. As partes acordaram com um prazo para pagamento parcelado até dezembro de 2023, o qual foi integralmente liquidado, e a Dohler cedeu à Companhia Minuano as 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações da Minupar Participações S.A, em devolução àquelas que lhe haviam sido entregues por meio do acordo judicial anterior. O valor considerado nas ações foi o nominal da época de sua dação em pagamento, qual seja, R\$ 3.786 mil, sendo que este efeito está destacado na nota explicativa nº 29 – Outras receitas operacionais.

Importa esclarecer que a Minupar não figurou como parte das referidas demandas judiciais, pelo que não foi possível a restituição direta dos títulos à Minupar. Logo, a Companhia Minuano passou a ser, temporariamente, titular das ações transacionadas no citado acordo judicial.

No mês de maio de 2023 a Companhia encaminhou consulta formal à CVM, diante do disposto no artigo 244 da Lei 6.404/76 que veda a participação recíproca entre a companhia e suas controladas. Em 20/12/2023 foi recebido o retorno definitivo da CVM, que concluiu que as ações foram regularmente emitidas e que a transferência das ações pela Döhler à Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta da Minupar, não se caracterizou como uma operação de aquisição de ações de controladora por controlada, vedada pela legislação, com isso, não se verifica impedimento para que a Companhia Minuano de Alimentos efetue a negociação destas ações no mercado.

d) Em 31 de dezembro de 2023, foi realizada a avaliação do valor justo do ativo apresentado na rubrica “Minupar Participações S.A.”, e considerando o valor atual de cotação destes títulos, foi constituída uma provisão para perda no montante de R\$ 1.671, cujo efeito desta operação está destacado também na nota explicativa nº 28 – Outras despesas operacionais.

e) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A, Agroaraçá Industria de Alimentos LTDA, Orlando Carrer e Pedro Carrer, os quais reconheceram a existência de dívida, para resolver todos os processos objetos de litígio entre as partes (ação de execução de título extrajudicial, embargos à execução, ações de cobrança e carta precatória de avaliação de bens). Entretanto, sob a alegação de crise no setor avícola, as devedoras passaram a requerer suspensões provisórias dos pagamentos das parcelas principais, de modo que, desde julho de 2020 restou acordada a obrigação de pagar apenas do valor dos juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor.

Ocorre que os pagamentos, mesmo que parciais, deixaram de ser adimplidos a partir de novembro de 2022, além disso, em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da empresa Agroaraçá Industria de Alimentos LTDA, uma das partes do acordo, e com o intuito de refletir a incerteza dos eventuais impactos de forma mais conservadora, a Companhia, optou por manter em suas demonstrações financeiras apenas os valores que já estão depositados em juízo, o que representa a quantia de R\$ 6.134.

Apesar disto, a expectativa da Companhia é de que os valores celebrados no acordo sejam honrados de forma integral, conforme esforços dos nossos assessores jurídicos.

Outro montante reconhecido na rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se a provisão de uma possível perda esperada no valor de R\$ 2.409 em relação ao processo judicial nº 017/1.14.0005983-0 referente ao Cumprimento de Sentença de Ação de Rescisão

Contratual, o qual está em fase de negociação, porém com dificuldade de conciliação junto à parte reclamada.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/12/2023 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2021	(243.498)	(88.310)	(331.808)
+/- Equivalência Patrimonial	15.189	5.506	20.695
+/- Ajuste reflexo da trava cambial	1.117	405	1.522
Provisão para perda de investimento em 31/12/2022	(227.192)	(82.399)	(309.591)
+/- Equivalência Patrimonial	16.995	6.127	23.123
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	(210.197)	(76.272)	(286.468)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado			Consolidado		
	31/12/23			31/12/22		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(7.910)	16.588	24.498	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.391	(8.149)	3.242	11.391	(6.320)	5.071
Outros	290	(244)	46	290	(205)	85
(-) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
Total	38.775	(16.303)	22.472	38.775	(12.918)	25.857

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2023 são contabilizados a valor de custo.

Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação feita através de cotações junto a corretores de imóveis, e nesta análise não se identificou necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/22	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	18.105	-	-	(1.517)	-	16.588
Máquinas e equipamentos	5.071	-	-	(1.829)	-	3.242
Outros	85	-	-	(39)	-	46
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	-	(5.146)
Total	25.857	-	-	(3.385)	-	22.472

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	Consolidado			Taxas	Consolidado		
		31/12/23				31/12/22		
		Custo	Deprec.	Líquido		Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593	-	15.593
Prédios	2,00% - 5,00%	83.475	(30.757)	52.718	2,50%	78.936	(27.452)	51.484
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	69.415	(44.705)	24.710	5,00% - 6,67%	62.332	(41.939)	20.393
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	3.761	(1.654)	2.107	8,33%	3.229	(1.419)	1.810
Computadores	5,56% - 20,00%	2.555	(1.352)	1.203	33,33%	2.326	(1.170)	1.156
Veículos	7,14% - 10,00%	990	(760)	230	20,00%	892	(738)	154
Imobil. em Andamento	-	9.321	-	9.321	-	2.123	-	2.123
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-
		185.124	(79.242)	105.882		165.445	(72.732)	92.713

A Companhia contratou uma empresa especializada em trabalho de levantamento patrimonial, cujo intuito foi regularizar as bases de informações com o acervo físico de bens existentes e em situação adequada para uso, além disso, foi realizada a revisão da vida útil remanescente dos bens.

O trabalho supracitado foi concluído e formalizado através de laudo emitido em 30 de setembro de 2023, deste modo, apresentamos na tabela acima o comparativo das taxas de depreciação utilizadas até a data de emissão do laudo. A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Deprec.	Transf.	Saldo em	
	31/12/21	Adições	Baixas			31/12/22	31/12/23
Terrenos	15.593	-	-	-	-	-	15.593
Prédios	48.092	187	(1)	(2.119)	5.325	-	51.484
Maquinas e equipamentos	22.353	651	(420)	(4.175)	1.984	-	20.393
Moveis e utensílios	1.422	765	(155)	(268)	46	-	1.810
Computadores e periféricos	1.343	195	(37)	(373)	28	-	1.156
Veículos	199	-	-	(45)	-	-	154
Imobilizações em andamento	785	8.722	(1)	-	(7.383)	-	2.123
Total	89.787	10.520	(614)	(6.980)	-	-	92.713

Grupo	Saldo em			Deprec.	Transf.	Saldo em	
	31/12/22	Adições	Baixas			31/12/22	31/12/23
Terrenos	15.593	-	-	-	-	-	15.593
Prédios	51.484	19	-	(3.285)	4.500	-	52.718
Maquinas e equipamentos	20.393	3.105	(47)	(2.400)	3.659	-	24.710
Moveis e utensílios	1.810	379	(16)	(201)	135	-	2.107
Computadores e periféricos	1.156	284	(23)	(226)	12	-	1.203
Veículos	154	100	-	(24)	-	-	230
Imobilizações em andamento	2.123	15.508	(4)	-	(8.306)	-	9.321
Total	92.713	19.395	(90)	(6.136)	-	-	105.882

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Direito de Uso

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui seis contratos classificados na rubrica “Direito de Uso”, sendo quatro deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. Destes contratos não utilizou de nenhum expediente prático. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, seguem demonstradas no quadro abaixo:

	Taxa ponderada (a.a.)	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/22	Novos Contratos	Deprec. Locação	Saldo 31/12/23
Imóveis	16,51%	6	-	249	(71)	178
Máquinas e Equipamentos	17,32%	5	-	7.130	(990)	6.140
			-	7.379	(1.061)	6.318

12 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	Consolidado 31/12/23			Consolidado 31/12/22		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	447	(336)	111	437	(281)	156
Marcas e Patentes	-	188	-	188	148	-	148
Total		635	(336)	299	585	(281)	304

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/21		Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em 31/12/22
Softwares	201	34	(2)	(77)	-	156	
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148	
Total	349	34	(2)	(77)	-	304	

Grupo	Saldo em 31/12/22		Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em 31/12/23
Softwares	156	9	-	(56)	-	109	
Marcas e Patentes	148	42	-	-	-	190	
Total	304	51	-	(56)	-	299	

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

13 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Provisões de férias	-	-	10.114	9.181
Provisões convenção coletiva	-	-	2.516	2.565
Salários a pagar	180	148	3.963	3.756
Rescisões a pagar	-	-	74	50
Outras obrigações a pagar	-	-	13	13
Total	180	148	16.680	15.565

14 - Arrendamentos a pagar

Composição dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Arrendamentos a pagar - CP	2.374	-
(-) Encargos a apropriar - CP	(1.031)	-
Total - Passivo Circulante	1.343	-
Arrendamentos a pagar - LP	7.506	-
(-) Encargos a apropriar - LP	(1.819)	-
Total - Passivo Não Circulante	5.687	-

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Arrendamentos a Pagar	(-) Encargos a apropriar	Total
2024	2.374	(1.031)	1.343
2025	2.233	(819)	1.414
2026	2.109	(595)	1.514
2027	2.109	(342)	1.767
2028	1.055	(63)	992
Total	9.880	(2.850)	7.030

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
(+) Remensuração	110
(+) Novos contratos	7.379
(-) Contratos encerrados	-
(+) Encargos	731
(-) Contraprestação	(1.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.030

15 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
INSS a recolher	25	10	281.502	265.890
FGTS a recolher (a)	-	-	899	3.899
IRRF a recolher	23	9	892	648
IRPJ a recolher	-	-	106.680	101.635
CSLL a recolher	1	-	40.186	38.565
COFINS a recolher	-	-	49.983	49.296
PIS a recolher	-	-	10.617	10.519
Impostos Retidos	-	-	713	34
ICMS a recolher	-	-	1.130	1.101
Outros	-	-	4.718	4.803
Total	49	19	497.320	476.390

a) A redução na rubrica de FGTS a recolher, deve-se ao Termo de Transação Tributária firmado junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme comunicado ao mercado, emitido no dia 27 de outubro de 2023. Os pagamentos foram realizados em parcela única no montante líquido de R\$ 2.594, e a transação foi validada e certificada junto à Caixa Econômica Federal no dia 06 de novembro de 2023, permitindo acesso a certidão de regularidade de FGTS.

Esse processo é de extrema importância para Companhia, pois é requisito obrigatório para negociação dos demais débitos tributários inscritos em dívida ativa junto à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Ressaltamos que a Companhia já formalizou o pedido para negociação e regularização destes demais débitos tributários, porém o processo encontra-se em fase de análise.

Abaixo demonstramos os valores de forma segregada, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e RFB - Receita Federal do Brasil:

	31/12/2023			31/12/2022		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	3.815	277.687	281.502	1.531	264.359	265.890
FGTS a recolher	899	-	899	839	3.060	3.899
IRRF a recolher	892	-	892	648	-	648
IRPJ a recolher	-	106.680	106.680	787	100.848	101.635
CSLL a recolher	1	40.185	40.186	292	38.273	38.565
COFINS a recolher	-	49.983	49.983	-	49.296	49.296
PIS a recolher	-	10.617	10.617	-	10.519	10.519
Impostos Retidos	46	667	713	34	-	34
ICMS a recolher	1	1.129	1.130	6	1.094	1.100
Outros	60	4.658	4.718	55	4.749	4.804
Total	5.714	491.606	497.320	4.192	472.198	476.390

Os valores relativos aos tributos apresentados na coluna "PGFN" estão acrescidos dos custos de juros, multas e encargos calculados pelo sistema de cobrança da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (sistema regularize). Vale destacar, que o programa de regularização tributária prevê benefícios que poderão resultar

em alterações dos valores apurados e apresentados no quadro anterior, porém, até o momento não é possível dimensionar os efeitos de tais ajustes, visto que o pedido de regularização está sob análise junto à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

16 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
PERT (a)	-	-	1.568	1.406
Lei 12.996/14 (b)	19	21	2.239	2.252
Lei 11.941/09	2	4	2	4
FGTS	-	-	683	742
ICMS	-	-	11	111
Ordinário	-	-	745	1.632
Circulante	21	25	5.248	6.147
PERT (a)	-	-	7.235	7.897
Lei 12.996/14 (b)	162	177	11.076	13.375
Lei 11.941/09	6	13	6	13
FGTS	-	-	3.587	4.683
ICMS	-	-	3	13
Ordinário	-	-	1.204	2.571
Não Circulante	168	190	23.111	28.552

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2022	(17.096)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2022	2.914
Saldo remanescente em 31/12/2022	9.303
(+) Atualização Selic de Jan-23 até Dez-23	895
(-) Pagamentos efetuados de Jan-23 até Dez-23	(1.395)
Saldo remanescente em 31/12/2023	8.803
	Circulante 1.568
	Não circulante 7.235

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia		
						%	R\$	
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Débitos Previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-	
		Multa	86	(17)	69	50%	35	
		Juros	197	(39)	158	80%	126	
		Encargos	143	(29)	114	100%	114	
	Demais Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-	
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171	
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654	
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118	
		Total		46.741	(9.349)	37.392		25.218

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela Receita Federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/12/2023	(14.585)
Saldo remanescente em 31/12/2023	13.315
Circulante	2.239
Não circulante	11.076

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

17- Impostos diferidos - Passivo

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
IRPJ diferido	663	1.079
CSLL diferido	239	389
Circulante	902	1.468
IRPJ diferido	11.817	12.382
CSLL diferido	4.254	4.457
Não circulante	16.071	16.839

No quadro a seguir são demonstrados os itens que compõem o cálculo dos Impostos Diferidos em 31 de dezembro de 2023:

Item	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Custo atribuído de Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Custo atribuído de Obras Civis	33.592	8.398	3.023	11.421
Custo atribuído de Máquinas e Equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Custo atribuído de Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Custo atribuído de Veículos	191	48	17	65
Custo atribuído de Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Diferença temporal de Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Diferença temporal de Créditos Fiscais não Compensados	5.343	1.336	481	1.817
Total	82.515	20.631	7.427	28.058
Diferimento até 31/12/2023		(8.151)	(2.934)	(11.085)
Saldo em 31/12/2023		12.480	4.493	16.973
Circulante		663	239	902
Não Circulante		11.817	4.254	16.071

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa.

17.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Lucro antes do IR e CS	9.810	6.534	6.749	12.992
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(3.335)	(2.222)	(2.295)	(4.417)
Resultado de participações societárias	(7.862)	(7.036)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
Contingências	-	(238)	(6.119)	(1.699)
Verbas indenizatórias	-	-	-	-
Diferença de depreciação	-	-	(1.322)	462
Variação cambial	-	-	189	499
Ajustes de Faturamento - CPC47	-	-	(648)	-
Subvenções governamentais	-	-	-	-
Diferenças temporárias	-	-	-	(1.630)
Compensação com PFe BN	-	-	-	-
Provisão de devedores duvidosos	-	-	219	34
Outros	4.151	2.438	(349)	1.857
Despesa efetiva de IR e CSLL	(375)	(2.614)	(5.735)	3.940
IRPJ e CSLL - Diferido	2.075	-	5.160	1.630
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	-	(8.067)
Alíquota de imposto efetiva	0%	0%	0%	30%

18 - Outros Passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Processos judiciais a pagar	-	-	3.212	11.467
Provisões de despesas	-	-	1.719	963
Seguros a pagar	36	-	79	67
Outras obrigações	961	943	965	950
Total	997	943	5.975	13.447

19 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 700 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano - em até R\$ 3.250 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida no ano de 2023 em comparação com o mesmo período de 2022:

	31/12/23		31/12/22	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	484	484	229	229
Diretoria executiva	139	2.336	60	2.250

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Outros	-	-	-	125
Total	5.777	5.777	-	125
Passivo não circulante	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	-	5.367
Companhia Minuano	10.425	13.393	-	-
Acionistas e outros	37.578	28.360	37.578	28.359
Total	48.003	41.753	37.578	33.726

As operações *intercompany* referem-se à pagamentos efetuados pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, referente a despesas operacionais nominais às empresas *holdings* (Minupar Participações S.A. e Valepar S.A.), as quais não possuem previsão contratual definindo índice de

remuneração, e os prazos estipulados para recebimento e liquidação estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas.

As demais operações envolvendo partes relacionadas estão formalizadas mediante celebração de contratos de mútuos, nos quais os juros atribuídos nas operações foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

20 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando necessário, tais discussões foram amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	Consolidado 31/12/23			Consolidado 31/12/22		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	6.590	(4.611)	1.979	9.868	(4.668)	5.200
Cível	1.117	(604)	513	4.838	(1.908)	2.930
Tributária	183	-	183	181	-	181
Total	7.890	(5.215)	2.675	14.887	(6.576)	8.311

A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
	31/12/2022			31/12/2023
Contingências Trabalhistas	9.868	3.643	(6.920)	6.591
Contingências Tributárias	181	12	(10)	183
Contingências Cíveis	4.838	12.740	(16.462)	1.116
Total	14.887	16.395	(23.392)	7.890

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 29.896 (R\$ 102.339 em 31 de dezembro de 2022), destes, R\$ 14.457 (R\$ 92.393 em 31 de dezembro de 2022) são relativos à natureza cível e R\$ 15.439 (R\$ 9.946 em 31 de dezembro de 2022) são relativos à natureza trabalhista.

A principal alteração de valor no contingenciamento dos processos cíveis da Companhia, classificados com probabilidade de risco de perda “possível”, diz respeito a reclassificação do prognóstico do processo cível nº 5001243-27.2013.8.21.0017 para risco de perda “remoto”, em que se discute o pagamento de honorários contratuais advocatícios de êxito referente a apuração de crédito prêmio de IPI sobre exportações.

O referido processo vinha sendo considerado o principal processo cível em virtude do valor atualizado da causa ter alcançado o montante de R\$ 83.524 em 31 de dezembro de 2023, sendo, inclusive, motivo de divulgação de fato relevante no dia 05 de março de 2020, devido a decisão desfavorável em primeira instância. Todavia, em fevereiro de 2023, após interposição de recurso de apelação, foi proferido

Julgamento pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para reformar a sentença e absolver a Companhia do pagamento daqueles honorários, sob o fundamento de que restou provado nos autos que os créditos apurados nunca foram homologados ou legitimados pela Receita Federal do Brasil, de modo que não houve qualquer proveito econômico pela Companhia, conseqüentemente inexistindo êxito em relação ao serviço prestado pela empresa de consultoria.

Diante do resultado favorável, foi realizada uma nova análise individualizada pelos assessores jurídicos da Companhia, classificando o referido processo com prognóstico de risco de perda “remoto”, visto que restam apenas medidas excepcionais de recursos processuais para instâncias extraordinárias. Com isso, a Companhia entende que é pouco provável uma futura saída de recursos financeiros, motivo pelo qual este processo deixará de ser mencionado nas demonstrações financeiras futuras.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 15 e 16.

21 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social da Companhia é de R\$ 120.107.800 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Devido a estrutura limitada de agrupamento de contas disponíveis no formulário de informações exigido pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia registra os valores correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial na coluna de “Reserva de Lucros”.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Destaca-se que tal benefício não é cumulativo, e a utilização ocorre somente nos períodos em que a controlada não apurar saldo credor de ICMS. O saldo acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.234, cuja apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada “Reserva de Incentivos Fiscais”.

Em 30 de setembro de 2021, o governo do estado do Rio Grande do Sul, emitiu os decretos, 56.116 e 56.117, os quais modificam a metodologia de cálculo do referido incentivo fiscal, e também altera o prazo de encerramento do referido benefício. Inicialmente o prazo previsto para tomada do benefício seria até 31 de dezembro de 2021, todavia, pelos novos decretos, houve a indicação de um cronograma vinculado a apuração do benefício, limitando a quantificação do crédito através de coeficientes, conforme indicado

no quadro abaixo:

ANO	Coefficiente FAF
2022	0,95
2023	0,90
A partir de 2024	0,85

Em 16 de dezembro de 2023 o governo do estado do Rio Grande do Sul emitiu o decreto 57.365, com a alteração N° 6216, o qual suspende a limitação do crédito presumido de ICMS com base na tabela acima, e modifica a fórmula de cálculo do Fator de Ajuste de Fruição - FAF. Os efeitos do referido decreto entrarão em vigor a partir de 1° de abril de 2024, e os possíveis impactos estão sendo analisados pela Companhia.

e) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei n° 6.404/76.

22 - Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros nas Granjas e Incubatório. Em que tange as unidades fabris, as apólices tiveram seu vencimento em julho de 2023, as quais encontram-se em negociação e atendimento a algumas adequações solicitadas pelas seguradoras para emissão das apólices, encontrando-se até a presente data sem a cobertura de seguro. Conforme mencionado na nota 34 - Perdas da enchente, as apólices vigentes e as que estão em negociação pela Companhia não cobrirão sinistros relacionados a enchentes e/ou ciclones.

23 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 27% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui 27 contratos de trava cambial ativos em 31 de dezembro de 2023, totalizando o montante de US\$ 12.750. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 4,92 a R\$ 5,45, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 12 meses, podendo ser renovados pelo período máximo de até 20 anos.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$	Efeito Trava	Valor Justo
Recebíveis com trava	12.750	5,2010	66.313	(4.594)	61.719
Recebíveis sem trava	4.698	4,8407	22.742	-	22.742
Total	17.448		89.055	(4.594)	84.461

Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2023, a qual indica o montante de R\$ 89.055.

Conforme projeção estimada pelo boletim FOCUS, a variação da taxa do dólar é de 4,92. No quadro a seguir demonstramos o impacto desta variação:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$
Recebíveis com trava	12.750	5,2010	66.313
Recebíveis sem trava	4.698	4,9200	23.114
Total	17.448		89.427

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	<u>31/12/23</u>	<u>Selic estimada</u> <u>9,00%</u>
INSS a recolher	281.502	306.837
FGTS a recolher	899	980
IRRF a recolher	892	972
IRPJ a recolher	106.680	116.281
CSLL a recolher	40.186	43.803
COFINS a recolher	49.983	54.481
PIS a recolher	10.617	11.573
Impostos Retidos	713	777
ICMS a recolher	1.130	1.232
Outros	4.718	5.143
Total	497.320	542.079

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2024, que foi de 9,00%.

24 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, para o exercício findo em 31 de dezembro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Receita bruta de produtos e serviços	-	-	385.351	391.404
Mercado Interno	-	-	284.402	280.551
Mercado Externo	-	-	100.949	110.853
(-) Deduções da Receita Bruta	-	-	(17.285)	(25.664)
(-) Mercado Interno	-	-	(17.268)	(25.346)
(-) Mercado Externo	-	-	(17)	(318)
Receita líquida de produtos e serviços	-	-	368.066	365.740
Mercado Interno	-	-	267.134	255.205
Mercado Externo	-	-	100.932	110.535

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

25 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza, para o exercício findo em 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Salários	-	-	(78.062)	(69.854)
Matérias primas	-	-	(50.117)	(54.321)
Encargos sociais	-	-	(19.589)	(17.012)
Energia elétrica	-	-	(18.466)	(17.864)
Manutenção Industrial	-	-	(17.882)	(14.170)
Benefícios a empregados	-	-	(15.297)	(14.207)
Depreciações	-	-	(5.886)	(6.596)
Depreciação Direito de Uso	-	-	(1.061)	-
Férias e 13º salário	-	-	(16.197)	(15.017)
Serviço de terceiros	-	-	(12.702)	(12.340)
Materiais de embalagem	-	-	(22.905)	(24.961)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(4.676)	(4.980)
Locações/Aluguéis	-	-	(1.644)	(2.410)
Indenizações trabalhistas	-	-	(120)	(85)
Equipamento de proteção	-	-	(2.712)	(2.561)
Taxas e encargos legais	-	-	(235)	(247)
Análises laboratoriais	-	-	(1.959)	(1.454)
Frete rodoviários	-	-	(1.339)	(1.383)
Outros gastos	-	-	(2.061)	(2.038)
Total	-	-	(272.910)	(261.500)

26 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza, para o exercício findo em 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Salários	(651)	(291)	(7.426)	(5.887)
Encargos sociais	(130)	(58)	(1.632)	(1.064)
Energia elétrica	-	-	(109)	(141)
Manutenção Predial	-	-	(193)	(197)
Benefícios a empregados	-	(24)	(3.511)	(2.196)
Depreciações	-	-	(302)	(414)
Férias e 13º salário	-	-	(1.499)	(1.011)
Serviço de terceiros	(150)	(209)	(2.193)	(2.108)
Taxas e encargos legais	(30)	(44)	(127)	(125)
Publicidade e propaganda	(35)	(38)	(179)	(204)
Viagens e estadias	(13)	(8)	(102)	(74)
Seguros	(31)	-	(78)	(36)
Outros gastos	(47)	(45)	(1.120)	(893)
Total	(1.087)	(717)	(18.471)	(14.350)

27 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza, para o exercício findo em 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Frete Marítimo	-	-	(10.737)	(20.362)
Frete Rodoviário	-	-	(2.922)	(3.193)
Custos aduaneiros	-	-	(2.993)	(3.208)
Armazenagem	-	-	(146)	(182)
Salários	-	-	(719)	(759)
Férias e 13º salário	-	-	(159)	(167)
Serviço de terceiros	-	-	(139)	(121)
Publicidade e propaganda	-	-	(198)	(342)
Comissões sobre vendas	-	-	(1.031)	(1.064)
Provisões para perdas	-	-	(760)	(99)
Encargos sociais	-	-	(153)	(169)
Telefonia	-	-	(88)	(96)
Análises laboratoriais	-	-	(3)	(12)
Depreciações	-	-	(4)	(7)
Outros gastos	-	-	(195)	(180)
Total	-	-	(20.247)	(29.961)

28 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Despesas de litígios fiscais (a)	(2.977)	-	(4.765)	(923)
Provisões (Reversões) de contingencias	-	700	(3.018)	(15.412)
Provisão para perda (b)	-	(9.635)	(4.275)	(9.637)
Custo na alienação de ativos	-	-	-	(571)
Reversão de créditos tributários	-	-	(1.230)	(225)
Despesas fábricas inativas (c)	-	-	(3.523)	(118)
Despesas Gerais	-	(1)	(288)	(69)
Perdas da enchente (d)	-	-	(9.498)	-
Total	(2.977)	(8.936)	(26.597)	(26.955)

a) A Companhia e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, realizaram o registro de débitos tributários que constavam em discussão judicial junto a Receita Federal do Brasil, aderindo ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), ou “Litígio Zero”. Tal programa prevê a renegociação de dívidas por meio de transação tributária, e até o encerramento das informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o pedido de adesão realizado pela Companhia constava em análise junto a Receita Federal do Brasil.

b) Na rubrica “provisão para perda”, foram registrados os montantes de R\$ 1.671, referente a avaliação a valor justo dos títulos recebidos através do acordo judicial indicado de forma mais detalhada neste formulário no item “d”, da nota explicativa nº 8 - Outros ativos. Outro montante reconhecido nesta rubrica refere-se a provisão de uma possível perda esperada no valor de R\$ 2.409 em relação ao processo judicial nº 017/1.14.0005983-0 referente ao Cumprimento de Sentença de Ação de Rescisão Contratual, o qual está em fase de negociação, porém com dificuldade de conciliação junto à parte reclamada.

O montante de R\$ 9.635 apresentado no exercício de 2022, refere-se a provisão para perdas relacionada ao processo em nome de Agostinho Carrer Participações S.A., os valores mantidos no ativo, conforme nota explicativa nº 8 - Outros Ativos referem-se a valores já depositados em juízo.

c) Compõem o montante de R\$ 3.523 registrados na rubrica “Despesas de fábricas inativas”, R\$ 3.385 referente a depreciação de três unidades da Companhia, classificadas como propriedade para investimento.

d) O montante de R\$ 9.498 refere-se as perdas e custos necessários para retomada das atividades na Fábrica de Embutidos de Arroio do Meio, a qual foi seriamente atingida pelas cheias do Rio Taquari nos meses de setembro e novembro de 2023. Os valores estão sendo detalhados na nota explicativa nº 34 - Perdas da enchente.

29 - Outras receitas operacionais

Abaixo estão apresentadas as outras receitas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Créditos Fiscais (a)	-	-	5.131	245
Acordos Judiciais (b)	-	2.250	3.786	2.250
Venda de sucata e lenha	-	-	159	156
Venda de ativos	-	-	1.350	-
Receita de aluguel	-	-	842	769
Subvenções Governamentais	-	-	-	2.443
Recuperação de Despesas	9	1	1.226	5.089
Total	9	2.251	12.494	10.952

- a) Compõe o montante desta rubrica, o valor de R\$ 3.045 referente ao trabalho de recuperação de créditos de Pis e Cofins do período de 2018 à 2023, bem como, R\$ 1.605 referente recuperação de crédito de ICMS, na compra de matéria prima dos estados do Paraná e Santa Catarina.
- b) O valor de R\$ 3.786 apresentado na rubrica de “Acordo judiciais” refere-se ao acordo judicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, explanado de forma detalhada neste formulário na nota explicativa nº 8 - Outros ativos.

30 - Despesas financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Juros atualização dívidas tributárias (a)	(40)	(66)	(21.786)	(19.097)
Juros operações partes relacionadas (b)	(9.217)	(6.956)	(9.347)	(9.465)
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	(38)	(11)
Descontos financeiros concedidos	-	-	(420)	(565)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	-	-	(110)	(150)
Variações cambiais passivas	-	-	(15.081)	(17.204)
Encargos legais	-	-	(3.230)	(973)
Ajuste a Valor Presente	-	265	-	265
Juros de arrendamentos	-	-	(731)	-
Despesas/Tarifas Bancárias	(9)	(3)	(373)	(250)
Total	(9.266)	(6.760)	(51.116)	(47.450)

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 19 - Partes Relacionadas, rubrica “Acionistas e outros”.

31 - Receitas Financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Variações cambiais ativas	-	-	14.200	15.887
Descontos financeiros obtidos	-	-	50	58
Outras receitas financeiras	8	1	935	344
Juros de créditos Fiscais	-	-	345	227
Total	8	1	15.530	16.516

32 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

Nos quadros abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de		Corporativo (Centro Administrativo)		Total		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Receita bruta	182.797	205.329	202.554	186.075	-	-	385.351	391.404	
Impostos e devoluções	(14.823)	(23.405)	(2.462)	(2.259)	-	-	(17.285)	(25.664)	
Receita líquida	167.974	181.924	200.092	183.816	-	-	368.066	365.740	
Custos	(111.144)	(114.471)	(161.766)	(147.029)	-	-	(272.910)	(261.500)	
Lucro bruto	56.830	67.453	38.326	36.787	-	-	95.156	104.240	
Despesas administrativas	-	-	-	-	(18.471)	(14.350)	(18.471)	(14.350)	
Despesas com vendas	(20.247)	(29.961)	-	-	-	-	(20.247)	(29.961)	
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(26.597)	(26.955)	(26.597)	(26.955)	
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	12.494	10.952	12.494	10.952	
Resultado antes dos efeitos financeiros	36.583	37.492	38.326	36.787	(32.574)	(30.353)	42.335	43.926	
Despesas financeiras	-	-	-	-	(51.116)	(47.450)	(51.116)	(47.450)	
Receitas financeiras	-	-	-	-	15.530	16.516	15.530	16.516	
Resultado antes dos tributos	36.583	37.492	38.326	36.787	(68.160)	(61.287)	6.749	12.992	
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	5.160	1.630	5.160	1.630	
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	-	(8.067)	-	(8.067)	
Resultado líquido do exercício	36.583	37.492	38.326	36.787	(63.000)	(67.724)	11.909	6.555	
							Atribuído a acionistas controladores	11.885	6.534
							Atribuído a acionistas não controladores	24	21

33 - Lucro líquido por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da

totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/23	31/12/22
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro líquido do exercício (consolidado)	11.909	6.555
Lucro líquido diluído por ação	1,67730	0,92323

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

34 - Perdas da enchente

Conforme fato relevante divulgado no dia 07 de setembro de 2023, duas unidades produtivas da Companhia, localizadas nas cidades de Arroio do Meio (Fábrica de Embutidos) e Lajeado (Frigorífico), no Rio Grande do Sul, foram atingidas pela enchente ocorrida entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023, em decorrência de ciclone extratropical que atingiu a região do Vale do Taquari, conforme notícia amplamente divulgada em mídia nacional e internacional.

O Impacto deste incidente no frigorífico de aves localizado na cidade de Lajeado, foi considerado parcial, de modo que a operação foi interrompida entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023. Por outro lado, o impacto na fábrica de embutidos localizada na cidade de Arroio do Meio foi considerado calamitoso, e interrompeu a atividade desta unidade no período de 04 a 18 de setembro de 2023.

No mês de novembro de 2023, novas cheias atingiram a unidade produtiva Fábrica de Embutidos, localizada no município de Arroio do Meio, conforme comunicado ao mercado divulgado no dia 21 de novembro de 2023. Embora com impactos menores que a cheia anterior, as atividades da unidade foram interrompidas no período de 20 a 23 de novembro de 2023.

Com intuito de mensurar os prejuízos causados por estas duas catástrofes, foi realizado um inventário de itens de estoques, bem como levantamento dos gastos emergenciais associados a limpeza, transporte e manutenção de máquinas e equipamentos. O montante apurado segue detalhado no quadro a seguir:

Natureza	Valor
Manutenção	3.444
Embalagem	2.369
Ociosidade folha de pagamento	1.435
Produto pronto	832
Matéria prima	564
Serviço de limpeza	365
Serviço de transporte	199
Doação	196
Outros	94
	9.498

Os valores demonstrados acima estão registrados na rubrica de “Outras Despesas Operacionais”, conforme indicado neste relatório através da nota explicativa nº 28.

A Companhia informa ainda, que nos períodos em que ocorreram os eventos climáticos relatados, estava em fase de negociação com as seguradoras, as quais solicitaram algumas adequações para emissão de uma nova apólice. Entretanto, com os danos causados pelas enchentes, a companhia concentrou seus esforços para o retorno pleno das suas operações, e até o encerramento das demonstrações financeiras, não concluiu as adequações sugeridas para renovação do seguro, conforme indicado em nota explicativa nº 22 - Cobertura de seguros.

Sobretudo, visto que as unidades ficam às margens do rio, ressaltamos que as apólices em questão não contemplam sinistros como enchente ou ciclone, conseqüentemente a Companhia não será ressarcida por estes prejuízos.